



## **Mudando as regras do jogo: a visibilidade da mulher na agropecuária**

**Coordenador:** Ruth Helena Cristo Almeida (UFRA)

**Apresentadores:** Ana Paula Schervinski Villwock (UFS), Gabriela Litre (CIRAD, Unb), Fabiana Thomé da Cruz (UFG), Alessandra Matte (UTFPR)

### **Justificativa**

O número de mulheres envolvidas na agricultura comercial aumentou significativamente nas primeiras duas décadas do século XXI. Mas, apesar dessa mudança, as mulheres envolvidas na agricultura em geral, seja ela comercial ou não, como chefes da unidade produtiva permanecem particularmente invisíveis no Brasil e na América Latina. Nesse contexto, a presente SORG procura aprofundar esses dados, evidenciando o papel e representatividade das mulheres em relação à produção agropecuária e, ao mesmo tempo, busca identificar traços comuns do que é ser mulher na produção rural, de modo a contribuir para gerar políticas de apoio a formas de produção mais inclusivas, equitativas e sustentáveis, em sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 5. Para tanto, essa SORG contempla a participação de pesquisadoras de temáticas pertinentes aos estudos rurais que se debruçam sobre aspectos de gênero, contribuindo, desse modo, para delinear o panorama da agropecuária em relação às mulheres e, ao mesmo tempo, para apresentar perspectivas, avanços e desafios ainda presentes.

### **Resumos Expandidos:**

#### **1. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA INSERÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ENGENHEIRAS AGRÔNOMAS EM SERGIPE**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar os principais desafios e estratégias encontrados pelas Engenheiras Agrônomas que atuam no setor produtivo em Sergipe durante inserção e atuação no mercado de trabalho. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico e coleta de dados primários realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com Engenheiras Agrônomas que atuam em Sergipe no setor produtivo, e os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo. Os resultados encontrados mostram como principais desafios a resistência familiar, masculinização da profissão expressa pela predominância masculina nas turmas de Engenharia Agrônoma, além da necessidade de adotar posturas e vestimentas tidas como masculinas no mercado de trabalho, discriminação durante entrevistas de emprego, desvalorização salarial, episódios de violência moral e/ou psicológica e desconfiança à presença da mulher na profissão. Logo, adotam como estratégias o investimento em conhecimento técnico, procuram adotar posturas e vestimentas que as distanciem do estereótipo feminino, formam redes de apoio entre mulheres e exercitam a honestidade profissional. Por fim, salienta-se que a trajetória profissional das Engenheiras Agrônomas que atuam no setor produtivo em Sergipe é marcada por inúmeros desafios pautados em questões de gênero no âmbito estrutural, na divisão sexual do trabalho e na adoção de estratégias para enfrentá-los.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho, Gênero, Trabalho feminino.



## OBJETIVO E APARATO TEÓRICO

Durante muito tempo a mulher foi excluída da possibilidade de adentrar nos cursos das ciências agrárias. Quando os primeiros cursos de Agronomia surgiram no Brasil, estes foram considerados pela sociedade da época como direcionados exclusivamente aos homens (SOSTER, 2015), contribuindo para que a inserção da mulher acontecesse tardiamente e para a estruturação de barreiras à presença feminina na profissão.

Neste cenário, apesar da atuação feminina no mercado de trabalho ter passado por significativas alterações nas últimas décadas, reflexo de mudanças demográficas e sociais, aumento nos índices de escolaridade e desenvolvimento econômico (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014); e pesquisas registrarem o aumento da presença feminina no mercado agropecuário brasileiro, a exemplo do estudo divulgado pelo Centro de Estudos Avançados e Economia Aplicada (Cepea) em fevereiro de 2020 (TAGUCHI, 2020), ainda é pouco discutido sobre o processo que essas mulheres enfrentam para se inserir neste mercado, como também os desafios com os quais se deparam, a realidade que vivenciam diariamente.

A entrada das mulheres em profissões até então marcadas apenas pela presença masculina, não representou uma transformação integral da diferença de espaço entre o homem e a mulher (CHIES, 2010). A mulher ainda se depara com um mercado de trabalho em que sua força produtiva é, no geral, desvalorizada, em que acaba recebendo salário inferior aos homens colegas de trabalho em uma mesma função, enfrentam um cenário de discriminação, protagonizam triplas jornadas de trabalho, são expostas a situações de constrangimento e assédio. E dependendo da profissão na qual essa mulher está inserida esses desafios ficam ainda mais evidentes.

Nesse sentido, a pesquisa nasceu do desconhecimento da realidade enfrentada pelas Engenheiras Agrônomas atuantes não apenas no setor produtivo de Sergipe, foco deste estudo, como também em outras áreas dentro da profissão e em outros estados, além da escassa discussão sobre questões de gênero na Engenharia Agrônoma. As mulheres precisaram, e ainda precisam, enfrentar inúmeros desafios para ingressar em áreas consideradas pela sociedade como naturalmente masculinas, da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual (DEL PRIORE, 2004), dentre tantos outros. Como também desenvolver estratégias para sobreviver nestes ambientes (SILVA; RIBEIRO, 2014).

Durante séculos, a história da mulher foi contada de uma óptica masculina consciente ou inconscientemente tendenciosa (VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2016), mas nesta pesquisa elas serão protagonistas, pois o estudo tem como objetivo analisar os principais desafios e estratégias encontrados pelas Engenheiras Agrônomas que atuam no setor produtivo em Sergipe durante inserção e atuação no mercado de trabalho.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa de caráter qualitativo foi realizada com engenheiras agrônomas que atuam no setor produtivo do estado de Sergipe, em que o número de amostras foi alcançado conforme saturação teórica. Para coleta das informações, além de um levantamento bibliográfico acerca da temática em estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas através da plataforma Google Meet, com gravação de áudio e vídeo conforme autorização das entrevistadas, seguindo um roteiro de entrevistas, mantendo o sigilo quanto a identificação das mesmas.

As informações registradas nas entrevistas foram transcritas e posteriormente submetidas à análise de conteúdo de Bardin (1977), de modo que foram identificados e analisados os principais desafios encontrados pelas engenheiras agrônomas que atuam no setor



produtivo em Sergipe durante o processo de inserção e atuação no mercado de trabalho, bem como as estratégias de enfrentamento que adotam frente às dificuldades.

## CONCLUSÕES

As Engenheiras Agrônomas atuantes no setor produtivo de Sergipe enfrentam uma série de desafios para inserção profissional ao longo da sua carreira, que estão pautados em questões de gênero no âmbito estrutural e na divisão sexual do trabalho. Estes desafios estão presentes das mais diferentes formas e são naturalizados, em certa intensidade, pela sociedade, passando muitas vezes imperceptíveis à discussão no dia a dia. Desta forma, os desafios são perpetuados ao longo do tempo e se manifestam de maneiras diferentes de acordo com o momento que a Engenheira Agrônoma está vivendo na sua trajetória dentro da profissão.

Buscar conhecer a história dessas profissionais e dar voz as mesmas, antes da escolha pela profissão, durante a graduação, até por fim a inserção e atuação profissional, possibilitou identificar e analisar que as Engenheiras Agrônomas enfrentam desafios presentes ao longo de todo este processo e que as pessoas presentes na sociedade em geral, família, universidade, empresas, entre outros, contribuem para que estes se mantenham e sejam reproduzidos na caminhada dessas mulheres.

De maneira geral, uma vez ingressas no curso as graduandas são tendenciosamente direcionadas a seguir determinadas áreas na futura profissão (principalmente ensino e pesquisa), sendo muitas vezes privadas da ideia de atuar no setor produtivo e de se enxergar enquanto uma profissional que pode atuar à campo. Quando essas mulheres decidem seguir este caminho, contrário ao socialmente esperado, os desafios que já residem pelo fato de ser mulher na Engenharia Agrônoma, mostram-se ainda mais presentes.

Durante a inserção profissional no setor produtivo em Sergipe, as Engenheiras Agrônomas enfrentam um processo por vezes discriminatório, encontrando situações em que são até mesmo excluídas da possibilidade de concorrer às vagas de trabalho pelo fato de ser mulher na profissão. Além disso, a maternidade e o casamento também são utilizados como justificativa pelos empregadores para excluí-las do processo de recrutamento à vaga de emprego.

Atuando profissionalmente, o maior desafio dessas mulheres, principalmente no início da profissão, está em conseguir conquistar o seu espaço e credibilidade frente ao produtor, pois elas ainda enfrentam uma realidade em que a presença da Engenheira Agrônoma no campo é questionada. Além disso, salienta-se que a violência moral e/ou psicológica, e a desigualdade salarial se somam aos desafios de conquistar o espaço e a credibilidade, mas não impendem, de nenhuma maneira, que as profissionais atuem no setor produtivo sergipano, pois o desejo pessoal que expressam em conquistar o seu espaço no mercado de trabalho, mostra-se como impulsionador para enfrentar essas situações.

Em relação às estratégias, percebe-se que a grande maioria delas estão presentes quando a vida profissional da Engenheira Agrônoma se encontra mais consolidada. Além disso, no geral, as estratégias estão relacionadas a “combater” os desafios que as profissionais enfrentam frente aos produtores, porque ainda existe certo receio por parte das mulheres profissionais em se posicionar mais ativamente, principalmente no início da carreira

profissional, e perder o emprego ou serem mal vistas no mercado, dependendo da forma que essa atitude é recebida.



Durante a pesquisa, foi perceptível que algumas Engenheiras Agrônomas procuram não confrontar diretamente os desafios ou até mesmo “não ligar”, estrategicamente, como uma defesa pessoal. Da mesma forma que existem profissionais que desde o princípio elaboram estratégias de enfrentamento mais diretas, questionam, se posicionam ativamente. O ponto em comum entre as profissionais que adotam estes dois perfis de estratégia é que todas reconhecem perceber os desafios com os quais são confrontadas no mercado de trabalho. Estas profissionais também concordam em outras estratégias, como a importância de saber ouvir o produtor e se inserir na realidade dele antes de expressar qualquer contribuição para melhorias da propriedade e a estratégia da formação de uma rede de apoio de ajuda mútua entre mulheres.

A principal estratégia adotada pelas Engenheiras Agrônomas participantes deste estudo para o enfrentamento dos desafios com os quais se deparam é o frequente investimento em conhecimento técnico e pessoal. Essa estratégia, que facilmente relaciona-se com o desafio que as acompanham desde a graduação até o mercado de trabalho, que é a maior cobrança para as mulheres em termos de conhecimento e a necessidade de precisar provar a todo momento às próprias capacidades profissionais, é essencial à derrubada das primeiras barreiras que essas profissionais enfrentam para inserção no setor produtivo.

Deste modo, exemplifica-se que aumentar o conhecimento e demonstrá-lo no campo é ao mesmo tempo uma estratégia e um desafio, pois a Engenheira Agrônoma investe em conhecimento técnico e pessoal estrategicamente, para conseguir vencer alguns dos desafios com os quais é confrontada, mas ao mesmo tempo o conhecimento que ela alcançou até aquele momento quase nunca é suficiente para atuação profissional, pois ela sempre precisa saber mais e ter algo a mais para apresentar quando diante das empresas, colegas de trabalho ou produtores.

As Engenheiras Agrônomas entrevistadas reformulam muitos dos desafios com quais se deparam, utilizando-os ao seu próprio favor estrategicamente, mesmo não sendo algo muitas vezes confortável à profissional. Essa reformulação é exemplificada nos momentos em que buscam evidenciar uma relação hierárquica que socialmente marca a imagem do homem e da mulher, gerando a falsa sensação no produtor que ela é uma figura subordinada a ele, de forma estratégica, para assim conseguir criar um espaço de fala e/ou escuta; ou, quando adotam posturas e vestimentas tidas como masculinas que as distanciem do estereótipo feminino, como auxílio no processo de construção de credibilidade e respeito profissional com os produtores.

As estratégias adotadas por essas Engenheiras Agrônomas acompanham o momento que estão vivendo na profissão. No processo de inserção e nas primeiras atuações profissionais são poucas as estratégias de enfrentamento identificadas, mas conforme essas profissionais conquistam determinado espaço, credibilidade e respeito na profissão, as estratégias não apenas se tornam maiores e mais frequentes como também acabam sendo reformuladas. Nesta fase de já possuírem a consolidação profissional, as Engenheiras Agrônomas passam a se posicionar mais ativamente, confrontando por exemplo, os episódios de desrespeito a quais são expostas ou as situações de desigualdade salarial.

Além disso, é despertado nestas mulheres a necessidade de retorno ao feminino e elas passam a construir um “novo” espaço dentro da Engenharia Agrônoma, se afirmando quanto mulher e Engenheira Agrônoma. Se no início da carreira essas profissionais adotavam estratégias para conseguir construir o seu espaço profissional se moldando a um espaço já existente, utilizando-se de posturas/vestimentas tidas como masculinas, conforme se consolidam na profissão esse retorno acontece a partir da necessidade que observam de mostrar que a capacidade profissional da mulher Engenheira Agrônoma independe da roupa, bota, corte de cabelo, utilização ou não de acessórios e maquiagem.

Quando observam que não precisam se moldar a um “padrão masculino” para conquistar o respeito profissional, que na verdade devem ser respeitadas enquanto mulher que



apresenta gostos e características diferentes do sexo masculino, mas de nenhum modo inferiores ou impeditivos que exerçam o seu trabalho, esse retorno ao feminino acontece, de forma que elas passam então a se permitir utilizar um acessório ou maquiagem, determinado modelo de bota mais “feminino”, ou uma vestimenta, por escolha própria, sem se preocupar com a forma como será vista pelos produtores.

Em suma, os principais desafios com os quais as Engenheiras Agrônomas participantes deste estudo se deparam são: resistência familiar; masculinização da profissão expressa na predominância masculina nas turmas durante a graduação, nas barreiras que encontram no momento de decidir qual direcionamento pretendem ter no curso e na necessidade de adotar posturas e vestimentas tidas como masculinas para conseguir se posicionar. Além disso, ainda se deparam com um cenário de discriminação no qual muitas vezes são excluídas da possibilidade de concorrer a uma vaga de emprego por fatores como maternidade e casamento, ou por pertencerem a categoria “mulher”. A violência moral e/ou psicológica também é uma realidade que vivenciam, assim como situações de constrangimento que as acompanham ao longo de toda a trajetória na Engenharia Agrônoma. Por fim, ainda enfrentam a desvalorização salarial e a desconfiança excessiva dos produtores a presença da mulher no campo, que dificulta o processo de construção de confiança, credibilidade e respeito profissional entre eles.

Neste contexto, as principais estratégias adotadas pelas profissionais são: o apoio entre mulheres envolvidas no setor; o exercício da escuta, de buscar ouvir o produtor, conhecer a sua realidade antes de expressar qualquer contribuição à propriedade, bem como, estabelecer uma relação profissional que preze pela honestidade, admitindo quando não conseguem responder a determinado questionamento ou apresentar uma solução, mas sempre mostrando-se abertas a retornar na propriedade com as respostas. Além disso, também são estratégias: investir em conhecimento técnico; se posicionar diante das situações ou procurar “não ligar”; adotar vestimentas e posturas que as distanciem do estereótipo feminino; e gerar a falsa sensação no produtor que entre eles há uma relação profissional hierárquica em que ele se encontra em posição superior, não igual a profissional.

Deste modo, salienta-se que este trabalho foi realizado com Engenheiras Agrônomas atuantes no setor produtivo de Sergipe, entretanto os desafios e estratégias identificados e analisados a partir das histórias destas profissionais, não são exclusivos à profissão como Engenheira Agrônoma ou a atuação no estado de Sergipe. Toda mulher tem uma história de luta a ser contada, principalmente no mercado de trabalho, por isso a importância da abertura de espaço para conhecer a realidade de cada profissional e o desenvolvimento de pesquisas que discutam a partir dos relatos dessas mulheres os desafios que encontram pelo caminho e as estratégias que adotam para enfrentá-los.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

CHIES, Paula V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, mai-ago., 2010. p. 507-528.

CIELO, Ivanete D.; WENNINGKAMP, Keila R.; SCHMIDT, Carla M. A participação feminina no agronegócio: O caso da COOPAVEL – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico**, Paraná, v. 12, n. 1, 2014, p. 1-18.





DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

SILVA, Fabiane F.; RIBEIRO, Paula R. C. Trajetória de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Revista Ciência Educação**, v. 20, n. 2, 2014, p. 449-466.

SOSTER, Maria T. B.. **Panorama da inserção da jovem mulher na agronomia e relação com as novas ruralidades: retrato do IFRS-Campus Sertão**. Revista Científica Eletrônica de Agronomia, Rio Grande do Sul, n.27 p. 77-84. 2015.

TAGUCHI, Viviane. Faltam engenheiras agrônomas no mercado de trabalho, aponta headhunter. **Globo Rural**, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agro-E-Delas/noticia/2020/03/faltam-engenheiras-agronomas-no-mercado-de-trabalho-aponta-head-hunter.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

VILLWOCK, Ana Paula S.; GERMANI, Alessandra R. M.; RONCATO, Patrícia E. S. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. **Revista Alamedas**, Toledo, v. 4, n. 1, 2016, p. 1-17.

## **2. A AGROPECUÁRIA DO FUTURO E A VELHAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO: MULHERES AMAZÔNIDAS E RELAÇÃO COMERCIAL COM EMPRESAS DE BIOCOSMÉTICOS**

### **OBJETIVO**

O objetivo geral do presente trabalho é discutir o papel das mulheres na Agropecuária do Futuro e como velhas concepções de gênero são reproduzidas decorrentes das relações comerciais/parceria entre empresas de biocosméticos e comunidades rurais que cultivam a pripioca (*Cyperus articulatus* L.) no estado do Pará, Amazônia.

### **APARATO TEÓRICO**

A Amazônia, considerada a maior floresta tropical do planeta e a principal fonte de biodiversidade mundial, encerra em si mesma uma grande dualidade discursiva. Se por um lado, ela já foi vista como um lugar de desgraças, inferno verde, do desconhecido que ameaça, vazio demográfico; de outro, e não menos espetaculoso, é representada como um recurso extremamente importante à escala planetária. Para este último, faz-se necessário lembrar algumas construções de Amazônia como: o pulmão do mundo, celeiro do mundo, santuário ecológico, região do futuro, a Amazônia como El Dourado, representando assim uma oportunidade imensa para o crescimento econômico, tendo com base uma biodiversidade considerada “salvadora”. Este cenário, porém, está hoje imbuído de uma roupagem denominada de desenvolvimento sustentável concebida como a esperança ainda resguardada e cujo principal mote seria a união entre o econômico, o social, o ambiental, o cultural, o político e o ético, elementos antes considerados contraditórios entre si. Deste modo, existe um cenário, entremeado por debates políticos, sociais, econômicos e simbólicos em torno da construção de



uma polaridade criada pelos atores sociais envolvidos, seja pelo Estado, pela sociedade civil ou por empresas, relativa a questões de uso dos recursos Naturais na Amazônia que são tratadas dicotomicamente, considerando o recurso como aquele que precisa ser preservado a qualquer custo ou como aquele que precisa ser aberto ao “progresso”. Nesse contexto, empresas que compram folhas, frutos, tubérculos cultivados na Amazônia mapeiam produtos, áreas e atores sociais como as mulheres, que para as empresas são mais responsáveis, “retas” com suas ações e decisões.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A metodologia consistiu na análise da construção discursiva de três mulheres presidentas de associações que estão envolvidas em relações comerciais e com base na análise de conteúdo contido nos relatórios institucionais anuais das empresas, buscando desvendar esta rede de relações instaladas pela empresa, pautando-se numa pesquisa de natureza qualitativa. Neste tipo de pesquisa existe “uma relação dinâmica entre o mundo real e ao sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2010, p.79). Ou seja, o objeto de estudo não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. Fez-se uso também de questionário com os atores-chave nas comunidades que possuem relação com as empresas de biocosméticos, além da utilização de dados secundários, observação direta e fundamentação teórica através de uma extensa revisão da literatura que abordem o tema em questão de modo a proporcionar a construção de um arcabouço teórico para viabilizar a discussão do assunto.

## **RESULTADOS E CONCLUSÃO**

No ano de 2000 a empresa Natura lança a Linha Ekos, de produtos que incorporam ativos da biodiversidade brasileira e que representou importante salto econômico à empresa, e que em particular interessa neste trabalho (Relatório Natura, 2004). Para dar este passo a Natura passa a comprar os produtos de agricultores familiares de Boa Vista do Acará, Cotijuba e Campo Limpo, que encontram-se muito próximos à Belém (média de 55 km da capital). Com exceção de Campo Limpo, cujo acesso, relações econômicas e sociais ocorrem via estrada, as demais comunidades desenvolvem suas atividades via rio. São os chamados ribeirinhos citadinos/urbanos, pois suas experiências são moldadas pelas fortes relações de contato com o cotidiano da cidade de Belém, principalmente através do trabalho, estudos e busca por assistência médica (RODRIGUES, 2008). São grupos, assim como muitas sociedades amazônicas, que vivem certa “invisibilidade” cujo modo de vida são diversos e heterogêneos, diferentes dos discursos das literaturas ou representação científica (MOURÃO, 2011). Nestas comunidades suas relações são desenvolvidas dentro do grupo com finalidades diferentes, seja para produção, comercialização, troca de trabalho, entre outras, sendo muitas destas realizadas dentro de um contexto informal, mais personalizados, que passam por uma relação de pessoalidade, confiança, ajuda mútua e reciprocidade entre seus envolvidos, sem uma base “legal” exigida numa relação contratual com empresas. Entre as comunidades uma categoria relacional foi criada “antes” e “depois da Natura”. Antes da relação contratual com a empresa Natura, a forma de organização e representação social tinha como papel central a figura do “presidente” da comunidade, cuja permanência em tal “cargo/situação” requer eleição, mas sem tempo fixo. Em uma das comunidades o presidente estava há mais de 15 anos. Outra forma importante de associação são as ligadas às diferentes igrejas que agregam um número



significativo de pessoas, que em Campo Limpo teve um impacto importante. Segundo um dos entrevistados, eles estariam “organizados por causa da igreja católica, ela nos educou, na seriedade do trabalho desinteressado, sem devolução”. A dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos (saúde principalmente), mas não somente, fez com que algumas famílias desenvolvessem estratégias peculiares e solidárias para sobrevivência comunitária, como uma questão de reprodução do grupo. Destaca-se assim a existência de entidades associativas criadas em Boa Vista e Campo Limpo por motivações religiosas e de ajuda mútua. Nestas comunidades foram criados grupo informais chamados “União faz a força” e “Unidos Venceremos”, cujo objetivo principal era o mesmo: união da comunidade para arrecadar recursos financeiros, através de bingos, festas, venda de comidas, etc. para dar apoio às famílias com problemas de saúde, desemprego ou outros. Antes tinha um grupo de pessoas que fazia rifa, eventos, para arrecadar dinheiro para auxílio doença. Quando alguém adoecia esses recursos serviam para levar pra Belém, comprar algum remédio. Mas não tinha associação (Agricultor familiar, um dos fundadores do grupo “União faz a força”). A cooperação é uma forma de interação social. Apresenta-se nas mais diversas situações da existência humana. Este processo permite que grupos de indivíduos combinem suas atividades, de maneira mais ou menos organizada, para a realização de interesses comuns, semelhantes ou complementares. Estes interesses podem ser orientados para um fim e para uma determinada função. A cooperação para um fim é orientada para a obtenção concreta de um certo resultado, que será obtido tomando-se em consideração uma meta singular diante de uma situação. A cooperação para a realização de uma função é aquela forma de interação contínua, em que se realizam atividades consideradas gratificantes à coletividade. No primeiro caso as pessoas se desligam quando alcançam seus objetivos. Enquanto no segundo caso a cooperação continua, se revitaliza constantemente ou adquire um outro objetivo (FERRARI, 1983, p.262). Porém, como ressaltado anteriormente, para o estabelecimento de uma parceria econômica e atender o contrato de venda entre a empresa Natura e as comunidades, fez-se necessário a criação e formalização jurídica de três associações: Associação de pequenos produtores e produtoras de Campo Limpo (APROCAMP), Associação de produtores de Boa Vista (APBV) e Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, como “sugestão” da própria Natura. São Associações de interesse econômico, onde a comunidade de Boa Vista, por exemplo, são 23 famílias que estão envolvidas na produção de pirioca e associadas, num universo de mais de 120 famílias. Segundo relatório do Instituto Peabiru (2005) o MMIB - Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém em Cotijuba já existia, participava de fóruns de discussão em Belém, em conjunto com outras associações e cooperativas, porém com outro contexto e viu sua formalização completada nesta ocasião. O MMIB atua em 6 das 39 ilhas do município de Belém – Cotijuba, bem como Curuçambá, Tatuoca, Paquetá, Urubuoca e Jutuba. A questão da violência, independência financeira da mulher é uma das preocupações centrais do MMIB. Muitos depoimentos apontam a falta de oportunidades de educação, renda e ocupação para as mulheres. Desta forma, o “Projeto Pirioca” “acelerou” a formalização da associação em Cotijuba, formalizou/consolidou a de Campo Limpo e promoveu a de Boa Vista do Acará, com recursos financeiros da própria empresa, pois além da burocracia, os custos de formalização de uma associação também eram vistos como problemas. Enfim, desde o início ficou bastante claro que a associação foi criada para atender ao contrato com a Natura. Havia um grupo de pessoas que sempre se reuniam e que trabalhavam há mais de 20 anos e queriam legalizar a associação, fundar, mas não tinham conhecimento e escolaridade

“(…) achavam muita dificuldade lidar com tantos papéis, documentos. Quando a Natura chega na comunidade em 2002, ainda não tinha





associação formada, mas a Natura precisava né? Ai eles foram e formaram a associação registrada. Na hora que a Natura chegou só faltava o dinheiro para a regularização, ai a Natura investiu” A motivação da criação foi o contrato com a Natura, tinha que estar tudo documentado, tinha que ser uma associação para eles poderem fazer a encomenda, tinha que ser de pessoa jurídica. “A empresa foi que conseguiu conquistar o pessoal pra formar a associação, as pessoas não queriam. Falei que o jeito era ir na casa das pessoas pra convidar pras reuniões, ‘a senhora convida os pessoal pra ver se consegue’. Fizemos umas 3 reuniões ai fechamos nestes 23 porque só podia vender para associação, através da associação pra ter os direitos. Ai a gente conseguiu Graças a Deus. 23 pessoas que toparam o projeto (Agricultor familiar, participante do “Projeto pripioca”). Foi numa destas reuniões que saiu a sugestão da Natura de formação de uma associação de produtores para facilitar tanto a comercialização da pripioca em escala ampliada quanto às negociações que adviriam para o estabelecimento dos contratos.

Após um primeiro levantamento do volume produzido, concluiu-se pela inviabilidade de propor a essa comunidade que aumentasse sua produção para suprir as necessidades da Natura e, ao mesmo tempo, mantivesse suas outras atividades: plantação de mandioca e produção da farinha, açaí, entre outros. Em novembro de 2003 a Natura compra mudas de pripioca de alguns produtores na Boa Vista, para que outras comunidades participassem da produção. Por meio de indicação da UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia foi escolhida mais duas outras comunidades próximas a Belém: Ilha de Cotijuba (Belém) e Campo Limpo (Santo Antônio do Tauá) para complementar a quantidade necessária à extração de óleo essencial da pripioca, conforme pesquisa realizada (30 kg = 100 ml). Tanto na ilha de Cotijuba, como em Campo Limpo, município de Santo Antônio do Tauá, a pripioca foi introduzida e, apesar da planta existir nas duas áreas, não havia histórico de comercialização. As comunidades, mesmo desconfiadas no início, interessaram-se, sendo possível a viabilização deste projeto. Segundo a percepção dos entrevistados o maior benefício em fazer parte de uma associação está ligado a: melhoria de renda e acesso a serviços (56,79%), benefícios em geral às comunidades (19,75%), proporciona certa “precaução” para o futuro em termos financeiros (14,81%). Nenhuma das respostas esteve ligada a questões políticas organizativas ou reivindicatórias ou na defesa de algum interesse específico. Quando perguntados se sabiam qual o objetivo o da sua associação as respostas foram as seguintes: “plantar e vender a pripioca, por isso formaram a mesma”, “não soube informar”, “atuar na parte econômica principalmente”, “para produtores mudarem de vida”, “ajudar a vender os produtos e resolver os problemas da comunidade”, “fazer projetos”, “legalizar os produtos”, “organizar a comunidade e melhorar a parte econômica”, “fazer empréstimos”. As acelerações da criação de Associações nas comunidades para fins de cumprimento de um contrato resultaram no formato de uma instituição que desempenha um papel de intermediário entre as comunidades e o mercado, uma instituição que emite notas fiscais. A empresa precisava de celeridade, porém a comunidade não tinha experiência em organizações formais. O caráter “cooperativista” destas associações não funciona, nem para a aquisição de insumos, nem para a venda de produtos das famílias. Somente no caso do MMIB em Cotijuba (que possui outro histórico organizativo) outras ações estão sendo empreendidas. Assim, mesmo havendo formado uma associação para formalizar as relações da Natura com as comunidades através da aquisição pela matéria prima, percebeu-se que, via Associações não se comercializam outros produtos. As relações com o mercado são realizadas diretamente pelas



famílias, de forma precária, isolada e desconexa, com sérios prejuízos às famílias e ainda causou desmobilização da organização que existia anteriormente. Antes da associação já tinha um grupo União Faz a Força por causa de doença, se alguém adoecesse a gente dava um apoio, não ia resolver, mas dava um apoio. Depois da associação o grupo continuou. Mas depois da associação do grupo deixou de existir, não sei porquê. Aqui hoje só existe a associação (Agricultor familiar, membro da Associação). Nestes termos, a intervenção externa na estrutura organizativa da comunidade desmobilizou as formas organizativas de cooperação locais, introduzindo formas de gestão social ainda não compreendidas de fato pelos agricultores, com fim único e direcionado para relações econômicas. Um dos elementos do desenvolvimento sustentável, propagado pelas empresas, que é o fortalecimento do capital social nas comunidades encontra-se desta forma, comprometido. Outro elemento importante é que além de fomentar a criação das organizações formais foi “induzida” a candidatura de mulheres para estas organizações. Após eleições locais foram eleitas três presidentes mulheres e na fala de uma delas fica bem claro a intenção da empresa: “somos mais responsáveis, mais organizadas, a empresa sabe disso”. “No início não queria, é muito trabalho, mas fomos convencidas de que só as mulheres poderiam cumprir com os prazos”.

Tem-se na Amazônia um cenário que para além da agricultura e pecuária, tem-se outras possibilidades de atividades pluriativas. Porém, ainda se mantém as velhas classificações de gênero quando se trata das relações entre empresas e comunidades. Com a introdução de processos instrumentais exógenos às comunidades, observaram-se mudanças no uso da terra em especial na lavoura, e no uso de recursos naturais das comunidades, com a substituição de produtos da agricultura que provem a segurança alimentar para o interesse por culturas comercializáveis como a piprioca. As dificuldades encontradas pelas comunidades em garantir a qualidade do produto comercializado, os desafios de adequação às exigências legais do processo de plantio e comercialização ainda são latentes. A Natura instrumentalizou práticas de poder disciplinar através de programas como o BioQlicar, na busca por qualidade, quantidade, controle e rastreabilidade. Foi a disciplina fabril levada às comunidades criando um ambiente de trabalho cooperado entre os diferentes “elos”, mas que na verdade tornou-se um trabalho subjugado. A parceria assume, enfim, o seu caráter, que é o de fidelização do produtor em relação à empresa, assumindo baixa participação na gestão do processo. Intervenções de desenvolvimento em comunidades locais têm, em geral, o efeito colateral de produzir desigualdades sociais intra/intercomunitárias. Nas entrevistas desenvolvidas nas três comunidades mostraram que seus membros identificam como necessidades um maior acesso à educação e à saúde e um melhor sistema de transporte. A posição da Natura diante dessas questões é a de que não quer tornar as comunidades dependentes de uma assistência paternalista respondendo por serviços públicos de responsabilidade do Estado. É o desenvolvimento sustentável compartimentado. A conservação dos ativos da biodiversidade depende de fatores sociais, prerrogativa da proposta da Natura, e se esses fatores têm sido abordados apenas de forma tangencial, então mesmo que a totalidade dos moradores das três comunidades participasse de atividades de produção de piprioca para fins de comercialização, fato que definitivamente não ocorre, o desenvolvimento social estaria solapado e, conseqüentemente, a sustentabilidade de toda a iniciativa.

## REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, Antio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.



FERRARI, Alfonso Trujillo. Fundamentos de Sociologia. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

MOURÃO, P. Organizações Produtivas de Mulheres Rurais – 2011. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Artigo>. Acesso em: 23/04/2018.

NICOLI, Clarisse Maia Lana; HOMMA, Alfredo Oyama Kingo; MATOS, Grimoldo Bandeira de; MENEZES, Antônio José Elias Amorim de. Aproveitamento de biodiversidade amazônica: o caso da piprioca. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. RODRIGUES, Carmem Izabel. Ribeirinhos no bairro do Jurunas. Seminário Internacional - Amazônia e Fronteiras do conhecimento NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará 9 a 11 de dezembro de 2008, Belém - Pará – Brasil

### **3. Gênero e divisão sexual do trabalho no contexto rural: elementos para pensar a inserção das mulheres na agropecuária**

A presente síntese tem como objetivo mobilizar categorias teórico-conceituais que, relacionadas aos demais estudos apresentados nesta proposta, possam contribuir para avanços no debate acerca da inserção das mulheres na agropecuária. Para tanto, esse resumo pauta-se em revisão de literatura voltada a apresentar categorias conceituais centrais ao debate proposto - como é o caso de gênero e divisão sexual do trabalho -, com enfoque para contextos rurais.

Ainda que largamente empregado em estudos que tem como foco analisar aspectos relacionados à mulher e ou ao feminino, o termo gênero não pode ser considerado como sinônimo de sexo enquanto perspectiva biológica e tampouco como sinônimo de mulheres. Scott (1995), em artigo clássico sobre o tema, no qual defende gênero enquanto categoria analítica, argumenta que o “termo ‘gênero’, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75). A mesma autora destaca ainda que o termo também é usado para se referir às relações sociais entre os sexos, rejeitando explicações que reduzem a análise a questões biológicas. Diferentemente disso, para Scott (1995), “o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres.” (SCOTT, 1995, p. 75). Gênero, portanto, se refere a um conjunto de relações que, para além do sexo enquanto aspecto biológico, diz respeito a um amplo e complexo sistema de relações de poder, fruto de construções sociais históricas que, justamente por esse motivo são, portanto, passíveis de mudança.

Nesse sentido, Scott (1995) defende a necessidade de empreender estudos e pesquisas considerando gênero enquanto categoria analítica capaz de contemplar distintas dimensões para além do sistema de parentesco, como o mercado de trabalho, a educação, o sistema político, bem como, ao considerar relações de gênero, “examinar a classe, a raça, a etnicidade ou qualquer processo social” (SCOTT, 1995, p. 88). Essa perspectiva alinha-se ao argumento, amplamente defendido pela autora, de que gênero está implicado na concepção e na construção



de relações de poder em suas várias dimensões e contextos. Em decorrência, as relações hierárquicas entre homens e mulheres são naturalizadas, algo como uma categorização que, sumariamente, define o que é trabalho, assunto ou atividade de mulheres e de homens por meio de codificação generificada atrelada aos indivíduos de acordo com diferenças biológicas. Isso implica a compreensão de que as estruturas hierárquicas se baseiam em relações “naturalmente” estabelecidas entre homens e mulheres, conduzindo ao debate acerca da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, como argumenta Kergoat (1996, p. 19.), “os papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material.”

No que diz respeito a esse debate, Kergoat (1996) defende que divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo são proposições indissociáveis, inseparáveis. Para a autora, a análise em termos de divisão sexual do trabalho “permite demonstrar que existe uma relação social específica entre os grupos de sexo” e, em decorrência, que “as separações entre homens e mulheres não são redutíveis a mais ou menos exploração ou a uma divisão desigual, mas que se trata de um tratamento contraditório segundo o sexo” (KERGOAT, 1996, p. 20)

Ainda que o termo divisão sexual do trabalho é de modo recorrente utilizado de modo descritivo para diferenciar atividades sociais de acordo com o sexo do indivíduo que executa tais atividades, é preciso, como defende Kergoat (1996, p. 20), “articular essa descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar as atividades”. Para a mesma autora, a “divisão sexual do trabalho está no centro (no coração) do poder que os homens exercem sobre as mulheres” (KERGOAT, 1996, p. 20). Tal abordagem evidencia a indissociabilidade entre divisão sexual do trabalho e uma sociologia das relações sociais e, ao mesmo tempo, a estreita relação entre relação social e relação de poder (KERGOAT, 1996; SCOTT, 1995).

Somando-se a essa discussão, Hirata e Kergoat (2007) também consideram que as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional contribuíram para se pensar em termos de divisão sexual do trabalho. Como as mesmas autoras argumentam, tal abordagem tem caráter descritivo, sendo necessário avançar no sentido de conceitualizar essa “relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 598) o que, de acordo com a abordagem francesa a qual essas autoras se alinham, trata-se de relações sociais de sexo.

Ainda em relação à divisão sexual do trabalho, as mesmas autoras consideram o termo enquanto expressão da divisão do trabalho social, que decorre das relações sociais entre os sexos. Salientando ser uma forma modulada histórica e socialmente, as autoras lembram que, mais do que relações sociais entre os sexos, “é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos.”, tendo “como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599).

Porém, para as autoras, é preciso ir também além de uma definição ou plano conceitual acerca da categoria divisão sexual do trabalho. Por esse motivo, elas propõem distinguir dois princípios que, como defendem, estão atrelados à divisão social do trabalho, quais sejam, o de separação e o hierárquico. O princípio de separação considera que há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres enquanto o princípio hierárquico considera que trabalho de homem tem



mais valor do que trabalho de mulher. Para Hirata e Kergoat (2007), “esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599).

Como consequência, com a priorização do emprego de mulheres e aumento do tempo que essas exercem atividades também fora do ambiente doméstico, aumenta-se a precarização do trabalho exercido por elas, o que é evidenciado em trabalhos mal remunerados e não reconhecidos socialmente. Além disso, com a ascensão de mulheres de classes socioeconômicas ao mercado de trabalho, essas passam a contar com outras mulheres para garantir a manutenção de atividades reprodutivas que, até então, elas mesmas faziam, levando, assim, a relação de classe entre mulheres que, de modos distintos, são igualmente exploradas (HIRATA, KERGOAT, 2007). Essas novas configurações atualizam o debate acerca da divisão sexual do trabalho e problematizam as possibilidades de “conciliação” da vida familiar e da vida profissional na medida em que tanto corrobora o entendimento de que homens e mulheres são diferentes também no que se refere ao trabalho profissional quanto sugere abordagem que suaviza relações de “‘conflito’, ‘tensão’, ‘contradição’ para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 604). Ou seja, ainda que o debate em torno da divisão sexual do trabalho se atualize, na prática mantém sob responsabilidade das mulheres o que diz respeito aos cuidados domésticos e com a família. Em resumo, o balanço da divisão sexual do trabalho em nossas sociedades aponta para um paradoxo, qual seja, “tudo muda, mas nada muda” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 597). Nesse sentido, como também argumentam as mesmas autoras:

[...] o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade. Mesmo que exista delegação, um de seus limites está na própria estrutura do trabalho doméstico e familiar: a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 607).

Com o intuito de aproximar esse debate do contexto rural e, mais especificamente ainda do contexto da divisão sexual do trabalho no meio rural, vale ter presente que o trabalho doméstico, reprodutivo, realizado pelas mulheres no interior e entorno das casas se soma a “ajuda” que elas oferecem em relação ao trabalho produtivo. No caso em que as mulheres “oferecem ajuda” aos homens, o que é muito presente, por exemplo, no contexto da agricultura familiar e, de modo extensivo, na pecuária familiar, as atividades realizadas por elas, ainda que de igual importância, são menos valorizadas. Essa discussão encontra interfaces com os argumentos presentes no clássico artigo de Paulilo (1987), que, ao analisar o trabalho de famílias rurais no nordeste e no sul do Brasil, explica, com base em dados empíricos, que trabalho “leve” e “pesado” são





[...] categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. [...]. De todo modo ‘trabalho leve’ não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é ‘leve’ se pode ser realizado por mulheres e crianças. (PAULILO, 1987, p. ).

Muitas vezes, esse trabalho, ainda que pesado, é considerado “ajuda” e, em consequência, além de pouco valorizado, é pouco remunerado se comparado ao trabalho dos homens. Assim, a conclusão de Paulilo (1987) considera que “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p. ). Tal análise pode ser considerada também à luz dos princípios de separação e hierarquia, já abordados e apresentados nos argumentos de Hirata e Kergoat (2007).

De modo a contribuir para estudos comparativos que tomem essas e ou outras categorias para pensar relações sociais de sexo, entre outras, um grupo multidisciplinar de pesquisadores propôs o indicador *Women’s Empowerment in Livestock Index* (WELI), desenvolvido e proposto com o intuito de avaliar o que os próprios autores chamam de “empoderamento feminino” na pecuária. Esse indicador foi proposto em 2012 como decorrência – ou consequência – de um indicador mais geral, o *Women’s Empowerment in Agriculture Index* (WEAI), desenvolvido para avaliar “empoderamento feminino” na agricultura como parte da iniciativa do projeto *Feed the Future*, do governo dos Estados Unidos. Embora com escopos diferentes, um voltado à agricultura e outro à pecuária, ambos indicadores buscam mensurar “empoderamento” feminino em diferentes contextos permitindo, assim, caracterizar e comparar o empoderamento das mulheres na agricultura e na pecuária. De acordo com Galié et al (2019), o “empoderamento” de agricultores mais marginais e de mulheres rurais em particular é uma forma de contribuir para equidade de gênero e para reduzir ou eliminar a fome e a pobreza, o que se dá por meio do aumento da produtividade através de melhorias técnicas e institucionais.

Porém, ainda que os objetivos do indicador sejam legítimos e inquestionavelmente relevantes, focar a análise tendo como eixo a categoria “empoderamento” requer algumas considerações. Esse termo, além de ser um neologismo, um anglicanismo na Língua Portuguesa (SARDENBERG, 2006), a ampliação do seu uso por diversas instituições, inclusive governamentais, expressa, em boa medida, um processo de apropriação do termo que tem, na sua origem, a práxis do movimento feminista. No que se refere particularmente ao “empoderamento das mulheres”, para muitas agências e órgãos governamentais, esse é apontado como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia e para a erradicação da pobreza. Contudo, diferentemente disso, na perspectiva do feminismo, o “empoderamento das mulheres” diz respeito à conquista de autonomia, de auto-determinação, implicando, em decorrência, na libertação de opressões de gênero, por exemplo (SARDENBERG, 2006).

No entanto, em que pese a ponderação apresentada por Sardenberg (2006), é válido ter presente que as relações sociais, como já mencionado nesta seção, se não o são, estão estreitamente relacionadas a relações de poder, como defende Scott (1995). Nesse sentido, assumindo que se trata de relações sociais, do mesmo modo que há hierarquia entre os sexos, há também entre países, regiões, contextos, indivíduos, de modo que o termo “empoderar”



pressupõe algo como a “transferência” de poder daqueles/as que o detém para aqueles/as em situação de vulnerabilidade, fragilidade, subalternidade, ou seja, que não o detém. Essa leitura pressupõe ainda uma ingênua ideia de que, uma vez que certa pessoa seja ou esteja “empoderada”, a situação de desvantagem em que ela se encontra estaria resolvida, entendimento que não contempla o caráter transitório e de contínuas tensões que as relações sociais envolvem.

Considerando as categorias apresentadas nesta síntese bem como os demais resumos que sustentam esta proposta, espera-se contribuir para ampliar o debate acerca das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho em contextos rurais, seja no que se refere ao trabalho desempenhado por agricultoras e/ou produtoras rurais, seja no que diz respeito ao trabalho realizado por mulheres profissionais das ciências agrárias.

## Referências

- GALIÉ, Alessandra. et al. The Women's Empowerment in Livestock Index. **Soc Indic Res**, v. 142, p.799–825, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11205-018-1934-z>
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p.595-609, 2007.
- KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera Regina. Gênero e Saúde. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996, p. 19-27.
- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev, 1987.
- SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, NEIM/UFBA, 2006.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>.

## 4. RAIOS DA PECUÁRIA FEMININA NO PAMPA BRASILEIRO: Mais resilientes, instruídas e conectadas ao mercado

À medida que a comunidade global se mobiliza em apoio à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), pelo menos 11 dos 17 ODS das Organizações das Nações Unidas (ONU), e em especial o ODS 5 (igualdade de gênero e direitos das mulheres), exigem indicadores relacionados à dinâmica de gênero para sua mensuração e acompanhamento (UNITED NATIONS, 2015). Todavia, ainda existe uma enorme dificuldade para a obtenção de informações qualificadas a esse respeito, principalmente nos países menos desenvolvidos (MACVICAR e MEADU, 2020; GUMUCIO et al., 2016).

Um exemplo da importância de informações qualificadas para avaliar o alcance das metas estabelecidas pelos ODS, assim como para planejar ações e políticas públicas específicas, é o ODS 2, que diz respeito a acabar com a fome no mundo e promover a agricultura sustentável (UNITED NATIONS, 2015). Dentro do conjunto de metas específicas desse ODS há um forte



direcionamento para ações voltadas especificamente às mulheres, dado que elas são elemento central para ações de combate à fome em harmonia com o meio ambiente, particularmente para famílias em situações de vulnerabilidade (OCDE, 2021). Ademais, há uma crescente literatura que destaca a maior preocupação das mulheres com as condições de vida de seus filhos e, por consequência, com as condições de vida e o futuro da sociedade em geral (CONTZEN e FORNEY, 2017; MATTE et al., 2021; GOMES *et al.*, 2022), o que, segundo teorias feministas sobre o papel do gênero na agricultura, tenderia a levá-las a adotar práticas agrícolas sustentáveis em intensidade maior do que os homens (SACHS *et al.*, 2016).

Esse contexto evidencia a demanda crescente por dados diferenciados e precisos sobre as contribuições das mulheres para a segurança alimentar; em especial em setores e/ou atividades produtivas como a pecuária, particularmente a pecuária de corte, caracterizada pelo predomínio dos homens, seja como proprietário do estabelecimento rural, seja como tomador de decisão quanto às práticas agrícolas a serem implementadas.

Para isso, foi realizado levantamento do Censo Agropecuário brasileiro de 2017 que apresentou resultados que nos ajudam a elaborar respostas, mesmo que iniciais, para as questões listadas. Sendo assim, iniciamos nossa pesquisa original pelo caso do Brasil por uma razão principal: conseguimos acessar os dados! O caso das mulheres pecuaristas do Pampa brasileiro resulta ilustrativo, por um lado, da necessidade de tornar as informações mais acessíveis e “amigáveis” para o grande público, e, pelo outro, das interessantes conclusões que podem ser extraídas dos dados disponíveis. A seguir, apresentaremos o percurso para a obtenção de dados no Brasil, assim como os principais resultados visibilizados a partir dessas informações.

Os dados do Censo Agropecuário brasileiro de 2017 mostraram que o bioma Pampa apresentava 32.404 estabelecimentos rurais com pecuária de corte no momento da pesquisa. Desse total, cerca de 14% (4.489) eram chefiados por mulheres. Analisando as características dos estabelecimentos de pecuária de corte no bioma Pampa brasileiro, observa-se que o número de chefes mulheres que se declararam proprietárias do estabelecimento é ligeiramente maior do que o número de homens. Além disso, o número de mulheres consideradas como assentadas aguardando a titulação definitiva também é maior. Nesse caso, em termos percentuais, o número de mulheres nessa condição é o dobro do que o número de homens. Por outro lado, o número de homens na categoria “arrendatário” é consideravelmente maior do que o número de mulheres. Além de sugerir que os chefes homens possam apresentar maiores propensões de assumir os riscos associados à atividade pecuária, esse resultado indica uma maior capacidade dos homens em conseguir estabelecer relações comerciais com os donos de terras para arrendamento.

Sobre as redes de diálogo das mulheres envolvidas na pecuária, os dados do Censo Agropecuário brasileiro de 2017 revelam que as mulheres se associam mais do que os homens. Em efeito, pese a que os estabelecimentos com chefes homens apresentam maiores percentuais em relação à captação de financiamentos, as chefes mulheres são marcadamente mais propensas ao associativismo, em especial para a categoria “entidade de classe – sindicato”. Esse resultado sugere que as mulheres apresentam uma maior percepção da força da ação coletiva no setor pecuário, assim como da representatividade de classe proporcionada pelos sindicatos rurais. Esse aspecto é muito relevante, pois como mostrado no Quadro 2, a imensa maioria dos estabelecimentos de pecuária no bioma Pampa são categorizados como pequenos, com área até um módulo fiscal. Ademais, e contradizendo o mito frequente entre agências de desenvolvimento rural de que as mulheres se dedicam prioritariamente a pecuária de subsistência, 75% dos estabelecimentos chefiados por mulheres indicaram que a produção era destinada para a comercialização. Ou seja, a cada 4 estabelecimentos de pecuária de corte chefiados por mulheres, apenas 1 produzia exclusivamente para autoconsumo. Apesar de esse



número ser maior do que o observado para os homens, a diferença não é tão significativa. Ou seja, os dados para a finalidade da produção evidenciam que as chefes mulheres pecuaristas de corte do bioma Pampa são fortemente conectadas com o mercado e apresentam preferência para a pecuária comercial.

De todas maneiras, e apesar de apresentarem um alto nível de envolvimento comercial, a produção pecuária não é a principal fonte de renda para cerca de 60% dos estabelecimentos chefiados por mulheres. Infelizmente, em função das regras de confidencialidade do censo, não foi possível obter informações sobre as demais ocupações para os chefes dos estabelecimentos, nem seus rendimentos. Todavia, esse resultado sugere que as chefes mulheres possuem outras ocupações dentro e fora da unidade produtiva (como aposentadorias ou empregos em centros urbanos das proximidades) além de serem responsáveis pelo estabelecimento rural (pluriatividade) e/ou então, fazem parte dos programas de transferência direta do governo federal.

Por fim, vale destacar os diferentes níveis de acesso à assistência técnica. Os chefes homens recebem mais assistência técnica do que as chefes mulheres. Contudo, não há diferença significativa entre os grupos que prestam essa assistência; tendo uma maior participação, como esperado, da assistência técnica pública em relação às empresas privadas, até mesmo em função do perfil dos produtores, médios e pequenos. Também merece destaque a grande participação da categoria “própria ou do próprio produtor”, cerca de 46% tanto para os chefes homens quanto para as chefes mulheres. Esse dado revela a limitação do serviço de assistência técnica especializada e a necessidade dos produtores buscarem, por conta própria, as informações necessárias para lidarem com os desafios diários do processo de produção da pecuária de corte.

A pesquisa realizada no momento da escrita deste capítulo indica que o Uruguai, com a Encuesta Ganadera, e o Brasil, com os dados disponíveis (mas de difícil acesso) do Censo Agropecuario de 2017, lideram a disponibilidade de informações quantitativas sobre pecuária feminina no bioma Pampa. Porém, e apesar do esforço desses dois países, nem eles, nem a Argentina, combinam rotineiramente dados demográficos sobre as mulheres (idade, educação formal, estado civil, posse da terra, atividade produtiva, associativismo, etc.) com informações específicas sobre unidades de produção, tais como gestão de rebanhos e estratégias comerciais, preocupações ambientais, objetivos, valores, motivações, extensão rural e acesso à informação.

Como demonstra o caso do Brasil apresentado neste capítulo, esta análise específica de gênero da produção pecuária pode, por vezes, ser disponibilizada se formalmente solicitada a agências oficiais, mas os processos são lentos e muitas vezes baseados na boa vontade dos funcionários públicos. O esforço realizado abriu a janela para confirmar ou, pelo contrário, derrubar mitos que vinculam o ser mulher na pecuária com certas atitudes ou maneiras de produzir, de se informar, de acessar o crédito ou de optar pela pluriatividade.

Ao mesmo tempo, os dados nunca se analisam sozinhos. Precisam ser triangulados com dados qualitativos, com entrevistas em profundidade e com observação participante que permitam entender também a lógica e as motivações por detrás de cada escolha produtiva. Nesse sentido, podemos afirmar que a investigação qualitativa sobre mulheres e gado é mais abundante. Esses estudos qualitativos incluem a utilização responsável de linhas de crédito e a equação custo-benefício positiva de respeitar o direito das mulheres a possuir terra e gado e a tomar as suas próprias decisões produtivas. A investigação qualitativa tem também o potencial de contribuir com novas interpretações geradas de baixo para cima, e de maneira participativa, auxiliar na explicação das novas tendências de evolução demográfica rural, incluindo a crescente “masculinização” e o envelhecimento da população rural nos Pampas; as dramáticas



mudanças do uso da terra e às mudanças climáticas que afetam a região (ARBELETCHÉ, LITRE, e MORALES, 2012); e o fato de que muito frequentemente as mulheres, apesar de muitos avanços, só assumirem a liderança quando não há pai, marido ou irmão por perto para disputar o poder com elas (COURDIN, LITRE e CORREA, 2017).

## Referências

- ARBELETCHÉ, P., LITRE, G., MORALES, H. Ganaderia familiar y transformaciones territoriales: el impacto del avance de las monoculturas en el bioma Pampa. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires, v. 36, p. 57-87. 2012.
- CONTZEN, S., FORNEY, J. Family farming and gendered division of labour on the move: a typology of farming-family configurations. **Agric. Hum. Values** v. 34, p. 27–40. 2017.
- COURDIN, V.; LITRE, G.; CORREA, P. Desarrollo sostenible y transformaciones en la organización del trabajo femenino rural: el caso de las mujeres ganaderas del Uruguay. **Revista Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 1, p. 117-135, 2014.
- GOMES, D., MIGUEL, J., ROSA, R., BANDEIRA, C., AMARO DA COSTA, A., Women in family farming: Evidence from a qualitative study in two Portuguese inner regions. **Frontiers in Sociology**. v. 7, p. 1-13. 2022.
- GUMUCIO, T., MORA BENARD, MA., TWYMAN, J., HERNANDEZ CEBALLOS, MC. 2016. **Género en la ganadería**: Consideraciones iniciales para la incorporación de una perspectiva de género en la investigación de la ganadería en Colombia y Costa Rica. Documento de trabajo CCAFS no. 159. Copenhagen, Dinamarca: Programa de investigación de CGIAR en Cambio Climático, Agricultura y Seguridad Alimentaria (CAAFS). Disponível em: <https://gender.cgiar.org/publications/genero-en-la-ganaderia-consideraciones-iniciales-para-la-incorporacion-de-una>
- MACVICAR, I., MEADU, V. New factsheet uncovers persistent data gaps around women and livestock in Low and Middle-Income Countries. **Livestock Data**, outubro 2020. <https://www.livestockdata.org/news/better-data-needed-empower-women-livestock-keepers>
- MATTE, A.; CAMPOREZI, V. B. ; JESUS, T. C. ; LITRE, G. ; MORAES, M. F. ; BRILHADOR, A. . Co-production of knowledge among rural women: paths to female recognition in rural areas. **SUSTENTABILIDADE EM DEBATE**, v. 12, p. 254-267, 2021.
- SACHS, C., BARBERCHECK, M.E., BRASIER, K.J., KIERNAN, N.E., TERMAN, A.R. **The Rise of Women Farmers and Sustainable Agriculture**. Iowa City: University of Iowa Press, 2016. 196 p.
- UNITED NATIONS. **Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York - NY, US: [s.n.]. Disponível em: <[https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030 Agenda for Sustainable Development web.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf)>.